



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 136/XII/ 2.^a SL

Aos 30 dias do mês de abril de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

15:00

1. Apreciação e votação da ata n.º 134/XII, relativa à reunião de 24 de abril de 2013
2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 649/XII/2.^a (PCP) – Criação da Administração dos Portos do Algarve
3. Apreciação e votação do relatório final relativo à Petição n.º 25/XII/1.^a – Solicita que se legisle no sentido de melhorar a concorrência entre as farmácias e entre os táxis
Relator: Deputado António Leitão Amaro (PSD)
4. Apreciação e votação do parecer sobre o Pacote da Segurança e Fiscalização do Mercado: Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à fiscalização do mercado de produtos e que altera as Diretivas 89/686/CEE, 93/15/CEE, 94/9/CE, 94/25/CE, 95/16/CE, 97/23/CE, 1999/5/CE, 2000/9/CE, 2000/14/CE, 2001/95/CE, 2004/108/CE, 2006/42/CE, 2006/95/CE, 2007/23/CE, 2008/57/CE, 2009/48/CE, 2009/105/CE, 2009/142/CE e 2010/65/UE do Conselho, e os Regulamentos (UE) n.º 305/2011, (CE) n.º 764/2008 e (CE) n.º 765/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho [COM(2013)75].
Relator: Deputado Bruno Dias (PCP)
5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 261/2004 que estabelece regras comuns para a indemnização e a assistência aos passageiros dos transportes aéreos em caso de recusa de embarque e de cancelamento ou atraso considerável dos voos e o Regulamento (CE) n.º 2027/97 relativo à responsabilidade das transportadoras aéreas no transporte de passageiros e respetiva bagagem [COM(2013)130]
Relator: Deputado Paulo Campos (PS)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 136/XII/ 2.^a SL

6. Nomeação de relator para a Proposta de Lei n.º 141/XII/2.^a (GOV) - Aprova os regimes jurídicos do ensino da condução, regulando o acesso e o exercício da atividade de exploração de escolas de condução, da profissão de instrutor de condução, da profissão de diretor de escola de condução e da certificação das respetivas entidades formadoras

Relatório cabe ao PS

7. Outros assuntos

16:00

Audição do Dr. Óscar Afonso, na sequência do requerimento do PSD e CDS-PP

15:00

1. Apreciação e votação da ata n.º 134/XII, relativa à reunião de 24 de abril de 2013

Submetida à apreciação, a ata n.º 134/XII/2.^a, relativa à reunião de 24 de abril de 2013, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 649/XII/2.^a (PCP) – Criação da Administração dos Portos do Algarve

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que apresentou o projeto de resolução em epígrafe, reiterando os termos da respetiva exposição de motivos, com especial enfoque no facto de o Algarve já ter tido uma gestão portuária autónoma e no de ter deixado de haver investimentos nos portos algarvios desde que deixou de haver essa gestão portuária autónoma. Ao invés, naqueles que mantiveram a gestão portuária mantiveram-se também os investimentos. Afirmou ainda que, em seu entender, era altura de autonomizar os portos do Algarve, criando uma administração portuária própria, o que poderia ajudar a minimizar os problemas da região algarvia, a nível de desenvolvimento e emprego, tendo em conta os investimentos adicionais que daí adviriam.

Usou da palavra o Senhor Deputado Miguel Freitas (PS), para considerar esta matéria importante para o país, por, em seu entender, haver uma profunda indefinição da política dos portos a nível nacional. Afirmou que existia uma grande confusão entre a Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e o Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT), não se sabendo que fazia as dragagens de barras e canais ou o



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 136/XII/ 2.ª SL

assinalamento marítimo, uma vez que estas atuações não se encontravam nas competências de qualquer destes organismos. Defendeu a existência de um modelo descentralizado, coerente, que permita a autonomia das estruturas regionais. Concluiu referindo que para o Algarve a questão dos portos era estratégica, que este era o grande investimento que faltava fazer naquela região e que seria bom saber-se o que o Governo pensava sobre a questão dos portos quando se estava a discutir o próximo QCA.

O Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) referiu que o seu grupo parlamentar acompanhava as preocupações expressas neste projeto de resolução, lembrou que na atual situação era necessário ter em conta a eficácia de gestão dos recursos públicos e referiu que a posição do Governo sobre os portos estava vertida no Plano Estratégico de Transportes. Defendeu a necessidade de tornar estas infraestruturas mais atrativas para as empresas, aumentar a sua resposta e criar economias de escala. Afirmou ainda a necessidade de refletir e potenciar alguns investimentos essenciais para a região, havendo consenso regional em que o Porto de Portimão deveria ser o primeiro a receber investimento público. Concluiu afirmando que a criação de uma nova administração portuária não era essencial para as necessidades da região em termos de investimento e organização do sector.

Pelo Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP) foi lembrado que o próprio PS tinha identificado no Memorando de Entendimento que a gestão portuária necessitava de uma reorganização. Referiu ainda que a área da pesca estava a ser gerida pela Docapesca e que as áreas comercial e de náutica de recreio deveriam ser analisadas em separado. Concluiu afirmando que criar neste momento mais administrações portuárias seria inverter o caminho feito até aqui.

Encerrou a discussão o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), reiterando que o Algarve já teve uma administração portuária autónoma e que com esta iniciativa o seu grupo parlamentar pretendia retirar o Algarve do limbo onde foi colocado, uma vez que a indefinição existente tem prejudicado muito a região algarvia. Argumentou que se pretendia a concretização de uma promessa de 2008 e que do ponto de vista financeiro estava assegurada a criação desta administração portuária. Referiu ainda que o Plano Estratégico dos Transportes só previa investimentos nos portos integrados em administrações portuárias e que não havia qualquer verba para os portos do Algarve. Concluiu defendendo a necessidade de uma gestão portuária integrada no Algarve, dos portos de pesca, comerciais e de recreio.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 136/XII/ 2.ª SL

3. Apreciação e votação do relatório final relativo à Petição n.º 25/XII/1.ª – Solicita que se legisle no sentido de melhorar a concorrência entre as farmácias e entre os táxis

Relator: Deputado António Leitão Amaro (PSD)

O relatório final da petição n.º 25/XII/1.ª tinha sido dado já como apresentado na anterior reunião da Comissão. Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

4. Apreciação e votação do parecer sobre o Pacote da Segurança e Fiscalização do Mercado: Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à fiscalização do mercado de produtos e que altera as Diretivas 89/686/CEE, 93/15/CEE, 94/9/CE, 94/25/CE, 95/16/CE, 97/23/CE, 1999/5/CE, 2000/9/CE, 2000/14/CE, 2001/95/CE, 2004/108/CE, 2006/42/CE, 2006/95/CE, 2007/23/CE, 2008/57/CE, 2009/48/CE, 2009/105/CE, 2009/142/CE e 2010/65/UE do Conselho, e os Regulamentos (UE) n.º 305/2011, (CE) n.º 764/2008 e (CE) n.º 765/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho [COM(2013)75].

Relator: Deputado Bruno Dias (PCP)

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião ordinária seguinte.

5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 261/2004 que estabelece regras comuns para a indemnização e a assistência aos passageiros dos transportes aéreos em caso de recusa de embarque e de cancelamento ou atraso considerável dos voos e o Regulamento (CE) n.º 2027/97 relativo à responsabilidade das transportadoras aéreas no transporte de passageiros e respetiva bagagem [COM(2013)130]

Relator: Deputado Paulo Campos (PS)

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) apresentou sucintamente o parecer sobre a COM(2013)130.

Submetido à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

6. Nomeação de relator para a Proposta de Lei n.º 141/XII/2.ª (GOV) – Aprova os regimes jurídicos do ensino da condução, regulando o acesso e o exercício da atividade de exploração de escolas de condução, da profissão de instrutor de



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 136/XII/ 2.ª SL

condução, da profissão de diretor de escola de condução e da certificação das respetivas entidades formadoras

Relatório cabe ao PS

Pelo Grupo Parlamentar do PS foi indicado relator o Senhor Deputado Fernando Jesus.

7. Outros assuntos

Tendo havido acordo dos Grupos Parlamentares presentes em fixar, neste ponto da ordem do dia, as redações finais relativas aos Projetos de Resolução n.º 620/XII/2.ª e n.º 669/XII/2.ª, foram as mesmas fixadas, sem votos contra, tendo sido aceites as alterações assinaladas no texto.

16:00

Audição do Dr. Óscar Afonso, na sequência do requerimento do PSD e CDS-PP

O Senhor Presidente deu as boas vindas ao Dr. Óscar Afonso, e deu-lhe a palavra para uma intervenção inicial.

Após a intervenção inicial do Dr. Óscar Afonso, usaram da palavra os Senhores Deputados Paulo Baptista Santos (PSD), Fernando Serrasqueiro (PS) e João Paulo Viegas (CDS-PP), tendo o Dr. Óscar Afonso respondido em conjunto às questões colocadas.

O Senhor Presidente e os Senhores Deputados Paulo Baptista Santos (PSD) e Rui Paulo Figueiredo (PS) solicitaram ainda alguns esclarecimentos adicionais, os quais foram prestados a final pelo Dr. Óscar Afonso.

A audição foi gravada, encontrando-se a respetiva gravação disponível na página da Comissão na Internet.

A reunião foi encerrada às 17:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 06 de maio de 2013.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 136/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Carina Oliveira
Cláudia Monteiro de Aguiar
Fernando Serrasqueiro
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Nuno Filipe Matias
Nuno Serra
Paulo Batista Santos
Paulo Ribeiro de Campos
Rui Paulo Figueiredo
Miguel Freitas
Paulo Sá

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino
Bruno Dias
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Heloísa Apolónia
Hortense Martins
Nuno Encarnação
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Drago
Helder Amaral
Luís Leite Ramos